

HISTÓRIA E FILOSOFIA: CAMINHOS PARA DIÁLOGOS POSSÍVEIS

HISTORY AND PHILOSOPHY: PATHWAYS FOR POSSIBLE DIALOGUES

GABRIEL BARROSO VERTULLI CARNEIRO*

RANGEL, Marcelo de Mello. *Da ternura com o passado: história e pensamento histórico na filosofia contemporânea*. Rio de Janeiro: Via Verita, 2019, p. 112.

Como superar o “grande muro” que muitas vezes se ergue entre áreas vizinhas, como a história e a filosofia? Como criar diálogos significativos entre disciplinas que, embora próximas, parecem tão distantes? Ou, para aprofundar ainda mais o problema: como estabelecer conexões entre a filosofia – que, à primeira vista, parece desvinculada do contexto histórico – e a história, que frequentemente se mostra relutante a se envolver com reflexões especulativas que extrapolam a análise empírica das fontes?

Essas não são questões novas; na verdade, apresentam-se há muito tempo para os intelectuais das duas áreas. A novidade, com efeito, diz respeito ao livro de Marcelo de Mello Rangel, intitulado *Da ternura com o passado: história e pensamento histórico na filosofia contemporânea*, no qual ele nos mostra que os diálogos entre esses dois campos do conhecimento não são apenas possíveis, mas, sim, necessários e enriquecedores.

Para fins de apresentação, cabe dizer que o nosso autor tem dupla formação: Marcelo Rangel possui a graduação em história pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a graduação em filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). No que diz respeito aos doutorados, ele defendeu a sua tese na área de história na Pontifícia Universidade

* Doutor e mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e graduado em História e em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). (Email: gabrielvertulli@gmail.com)

Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) – sob a orientação de Ilmar Rohloff de Mattos – e, quanto a sua tese na filosofia, ele continuou na UFRJ – sob a orientação de Rafael Haddock-Lobo.

Atualmente ele é professor do Departamento de História e dos Programas de Pós-graduação em História e em Filosofia da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Enfim, como podemos perceber, ele é, ao mesmo tempo, um historiador filósofo e um filósofo historiador. Em última instância, Rangel é alguém que de fato transitou pelas duas áreas e conhece como poucos os encontros e desencontros das duas disciplinas.

O livro *Da ternura com o passado* começa com um prefácio (escrito por Hans Ulrich Gumbrecht), tem em seu núcleo quatro capítulos de temas variados (mas que seguem uma linha comum) e termina com um apêndice (uma entrevista com o autor). Os quatro capítulos que dão forma ao livro são uma compilação de artigos escritos por Rangel entre 2013 e 2017. No primeiro deles, intitulado *Justiça, violência e história em Derrida e Benjamin*, apesar de sublinhar um comentário crítico de Derrida a Benjamin, ele pretende aproximar as reflexões benjaminianas sobre a história da desconstrução derridiana. Podemos dizer que os argumentos principais do capítulo giram em torno da ideia de *agon* como motor de tudo¹, isto é, da ideia de que a competição ou a disputa são impulsos necessários para a formação de novos mundos.

Essa ideia, obviamente, não é nova. Ela possui uma longa tradição que nos remete, como bem aponta Rangel, aos famosos fragmentos de Heráclito – em especial àquele onde lemos que “*De todas as coisas a guerra é pai*”. Enfim, é uma tradição cujos ecos podemos ouvir no antagonismo que ilustra a ideia de “insociável sociabilidade” de Kant, a concepção de “dialética” hegeliana, a noção de “luta de classes” de Marx, os conceitos de “vida” ou “vontade de poder” de Nietzsche e até mesmo as análises foucaultianas sobre o “poder”. Em linhas gerais, nesse capítulo inicial nos deparamos com o argumento de que todos os horizontes, leis ou instituições possuem uma origem violenta na medida em que eles são instaurados a partir de um movimento que visa a “justiça”, mas que sempre age a partir da “justeza” – e a justeza necessariamente é uma irrupção violenta decorrente de um encontro agonístico. A percepção de que todo horizonte é um ato violento, ou melhor, a consciência de que inclusive o nosso próprio ponto de partida para o pensamento é um engajamento violento – inclusive do pensamento que aponta para a violência de todos os pensamentos – seria uma marca tanto da reflexão benjaminiana sobre a história quanto da desconstrução derridiana. Ambas estariam

¹ Com efeito, Rangel não lança mão do conceito de *agon* no desenrolar dos seus argumentos, mas, de qualquer maneira, as implicações desse conceito perpassam esse primeiro capítulo.

interessadas em liberar perspectivas negadas por um horizonte cristalizado – sem perder de vista, porém, que esse interesse pela *diferença*, ou pelo que é *outro*, envolve também um engajamento de natureza violenta.

No capítulo seguinte, *Melancolia e história em Walter Benjamin*, ao tratar da melancolia nos escritos do filósofo alemão, Rangel argumenta sobre como o homem seria a instância ou o espaço capaz de desvelar passados obscurecidos. Um tema que, como fica claro, está em contato íntimo com o do capítulo anterior. Em suma, trata-se de pensar a *história como possibilidade* em oposição à *história como progresso*. Esta seria uma problemática que toca o cerne das teses “Sobre o conceito de história” de Benjamin. Ou melhor, uma problemática que desvela o “marxismo melancólico” benjaminiano (conforme os termos de Leandro Konder) – uma espécie de materialismo histórico que se caracteriza pela descrença com relação à reativação da história como *possibilidade* devido à força do *progresso* que carrega sem piedade o “anjo da história” para o futuro. Não obstante, o ponto a ser realçado é que, ao mesmo tempo em que nutre uma descrença melancólica, Benjamin não deixaria de formular uma crítica que aponta para a necessidade de se levar a cabo a missão de “escovar a história a contrapelo” (para usarmos a famosa expressão lançada por ele na tese VII). Ainda, como bem nos lembra Rangel, essa ambiguidade da crítica empreendida por Benjamin à modernidade é interpretada como “melancolia positiva” por Maria Rita Kehl e chamada de “pessimismo revolucionário” por Michael Lövy.

No terceiro capítulo, intitulado *História e Stimmung a partir de Walter Benjamin: sobre algumas possibilidades ético-políticas da historiografia*, Rangel segue a linha dos dois primeiros textos e argumenta sobre como a atividade historiográfica (ou o pensamento histórico que [re]tematiza passados) teria o potencial de construir outros mundos e realidades possíveis a partir da reorganização ou criação de uma nova atmosfera (*Stimmung*). Ou seja, uma *Stimmung* não-conformista, que seria capaz de criar as condições de possibilidade para superar o “clima” fechado ao *outro* que se instituiu e que seria a marca da modernidade dominada pela noção de “progresso”.

Já no último capítulo, que leva o título *Nietzsche e o pensamento histórico: justiça, amor e felicidade*, percebemos uma sutil mudança na paisagem reflexiva – pois agora Rangel não coloca Benjamin como o centro a partir do qual a sua reflexão irradia. Contudo, embora a *Segunda Consideração Intempestiva* se apresente como o eixo central deste quarto capítulo, é possível afirmar que Rangel realiza uma leitura benjaminiana desse texto do jovem Nietzsche.

De maneira geral, a questão fundamental que emerge desse capítulo poderia ser formulada da seguinte forma: como podemos nos relacionar com o passado de forma tal que possamos (re)atualizá-lo constantemente em prol da felicidade e a partir de uma atividade amorosa (que seria o próprio pensamento histórico)? O texto de Nietzsche sobre a história se apresenta aqui como fundamental na medida em que a tensão entre lembrança e esquecimento, desenvolvida por ele logo no início do seu argumento, torna-se um problema vital para a reflexão sobre qual seria a melhor maneira de nos relacionarmos com o passado – e, por conseguinte, sobre quais seriam as condições de possibilidade para se escolher determinados passados em detrimento de outros com o objetivo de trazer à tona realidades ignoradas.

No apêndice do livro, encontramos ainda uma entrevista em que Marcelo Rangel nos conta um pouco sobre a sua trajetória acadêmica e retoma os vários conceitos e noções fundamentais que perpassam os quatro capítulos do seu trabalho: diferença; violência; melancolia; felicidade; amor; história como possibilidade; giro ético-político e muitos outros. Todos esses conceitos convergem, de alguma forma, para o núcleo central da reflexão de Rangel, a saber: a crítica melancólica como o caminho capaz de construir e preservar espaços de *diferença* – uma crítica, vale ressaltar, consciente tanto de seus limites quanto de sua necessidade.

É importante notarmos que os diálogos e os pontos de contato que Rangel delinea entre a história e a filosofia se dão a partir de um cenário específico. Quer dizer, ele nos apresenta as fronteiras entre as duas áreas basicamente a partir de cinco autores: Nietzsche, Benjamin, Heidegger, Derrida e Gumbrecht – sendo Benjamin o seu sustentáculo central. Grosso modo, é uma reflexão construída a partir de um solo alemão. Vale lembrar que mesmo Derrida, um filósofo franco-argelino, foi um grande leitor dos alemães. Porém, isso não quer dizer que para caminhar pelas fronteiras entre a história e a filosofia seja necessário passar por uma trilha onde se fale necessariamente a língua de Goethe. De fato, vários pensadores alemães contribuíram de forma significativa para essa temática, mas isso não quer dizer que eles tenham instituído o único caminho viável de reflexão. Uma das grandes qualidades da escrita de Rangel é sempre chamar a atenção para a possibilidade daquilo que é *outro* – logo, outros caminhos possíveis continuam abertos.

É inegável que, justamente por sublinhar a importância de trazer à tona aquilo que costuma ser obscurecido, Rangel consegue com êxito trafegar pela fronteira entre a história e a

filosofia sem se limitar a uma “filosofia da história” ou a uma “história da filosofia”². Nesse sentido, ele nos mostra que a tarefa de pensar – ao mesmo tempo – a “historicidade do filosófico” e a “filosoficidade do histórico” é possível e enriquecedora. Ao fim, o seu livro pode ser lido como uma espécie de guia sobre como realizar essa empreitada. Não é um trabalho simples, afinal, as fronteiras entre a história e a filosofia ainda são marcadas por muita incompreensão dos dois lados. Acreditamos que esse livro seja um episódio importante para que, quem sabe, novos e inesperados diálogos se estabeleçam nessa vizinhança interdisciplinar.

Em breve síntese, no livro *Da ternura com o passado*, Marcelo Rangel nos presenteia com a exposição de diálogos possíveis entre a história e a filosofia a partir, principalmente, das reflexões de Walter Benjamin. Mas ele nos deixa com a expectativa de que muitos outros diálogos de diferentes matizes possam ser traçados. Como o próprio Rangel demonstra em seu livro, o interesse benjaminiano pela construção (ou desobstrução) de novos mundos possíveis é uma tarefa de abertura para a diferença – e a fronteira entre a história e a filosofia está repleta de ferramentas que nos possibilitam esse exercício de abertura para o outro. A construção de novos caminhos possíveis se apresenta assim como uma iniciativa ético-política – e os diálogos entre as duas disciplinas (o trabalho de escuta que elas podem estabelecer entre si) podem contribuir de forma significativa para essa tarefa.

² Os termos dessa colocação e os da frase seguinte são usados por Rafael Haddock-Lobo na “orelha” de apresentação do livro.

INÍCIO, MEIO E FIM? UM NOVO OLHAR SOBRE A HISTÓRIA SOVIÉTICA

BEGGINING, MIDDLE AND END? A NEW LOOK AT SOVIET HISTORY

ANA BEATRIZ FERREIRA MARQUES*

FITZPATRICK, Sheila. **Breve história da União Soviética**. São Paulo: Todavia, 2023, 260 p.

Sheila Fitzpatrick é professora da Universidade Católica da Austrália e professora honorária da Universidade de Sydney. Graduada pela Universidade de Melbourne, realizou seu doutorado pela Saint Antony's College, em Oxford, utilizando como objeto de estudo Anatóli Lunatcharski, Comissário do Povo pela Educação da União Soviética. Sovietóloga, a autora apresenta trabalhos, principalmente, no campo da História Cultural e Social da União Soviética perpassando seu início e desmantelamento. Fitzpatrick constrói em seus livros uma percepção revisionista sobre a Revolução Russa, isto é, diferente de outras fases historiográficas da soviétologia, a autora está interessada em trazer uma visão da Revolução Russa de forma mais alargada, ao estendê-la aos Grandes Expurgos de 1937-8 ao mesmo tempo em que se volta para um estudo da História Cultural e Social.

Compreendendo a importância do lançamento de sua obra, em um contexto em que a história soviética e russa é utilizada como uma ferramenta política, seja para o presidente da Rússia, Vladimir Putin, na elaboração e reelaboração de memórias sobre a Guerra Patriótica e a Guerra Civil, seja pelo lado ucraniano e dos aliados, os quais promovem um olhar sobre a Rússia alinhado a uma noção imperialista do país ao longo dos anos. Entende-se a importância do livro de Fitzpatrick ao retomar diversas discussões sobre a história russa/soviética com a intenção de trazer novas articulações para o debate, abrindo portas para novos diálogos entre passado e presente e sobre pré-conceitos em processo de cristalização, como é o caso do imperialismo russo durante o período soviético.

* Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, bolsista Capes. (Email: abmarques99@gmail.com)

Em sua nova obra, a historiadora traz, já em seu título, uma questão dupla para seu livro. Em inglês, *The Shortest History of the Soviet Union*, Fitzpatrick nos convida a perceber que além de ter a incrível missão de resumir em apenas 260 páginas uma história de mais de setenta anos, também demonstra um olhar que nos faz pensar: por que o sonho soviético durou tão pouco? Por que tão curto? O título traduzido para o português, sem utilizar-se do superlativo – *shortest* – trocando-o por “breve”, também traz consigo as duas possibilidades para o leitor. Separado em sete capítulos – mais introdução e conclusão – o livro apresenta diversos fios condutores perceptíveis para a argumentação final da autora.

Na introdução, somos apresentados às perspectivas de Fitzpatrick em relação à história da União Soviética. Em primeiro lugar, a autora, discute o fim da União Soviética, mais precisamente, os motivos de seu fim é a questão de maior interesse. A narrativa historiográfica construída por Fitzpatrick no livro apresenta como base dois pontos essenciais: mudanças vistas como imprevistas e certos desvios espontâneos. Para ela, esses conceitos tornam-se basilares para ir de encontro com outras preposições historiográficas que compreendem os eventos soviéticos – tanto seu início, meio e fim – como inevitáveis. Alinhada a essa perspectiva, a autora também discorre em sua introdução sobre uma visão de mundo marxista-leninista dos revolucionários de 1917, que é incorporada ao Partido Bolchevique, voltada para uma percepção do futuro mais ou menos prevista, em um sentido filosófico da História. No entanto, para Fitzpatrick, ao mesmo tempo em que a teoria é responsável por realizar uma previsão do futuro e uma “decodificação” da História, na prática, alguns processos ocorrem de forma inesperada – como veremos mais à frente – e a política bolchevique passa por um movimento de mudanças ao longo dos anos que se liga muito mais a uma promoção da mobilidade dos camponeses e trabalhadores, com a Revolução Cultural, do que com a teoria marxista – já que tal ação não é reconhecida nessa teoria.

Refletindo sobre uma percepção extra soviética, Fitzpatrick se desloca para dois conceitos atribuídos à URSS, principalmente durante a Guerra Fria: totalitarismo e imperialismo. Seriam eles justificáveis ao pensar na relação do Estado com a população? No âmbito de não separar o público do privado durante os anos de maior repressão Stalinista? Nas relações estabelecidas entre a Rússia e as demais repúblicas? A historiadora nos convida a pensar e construir junto com a obra argumentos que potencializam e desacreditam esses termos imputados, principalmente, por um Estados Unidos em busca de uma vitória ideológica em um contexto de Guerra Fria.

No primeiro capítulo, *A constituição da União*, a autora se preocupa em discutir algumas das questões apresentadas na introdução sob o contexto do fim dos anos de 1910 e início dos anos de 1920, mais especificamente, até o ano de 1922 onde ocorre a união entre as repúblicas soviéticas bielorrussas e ucranianas com a Federação Transcaucasiana à república soviética russa. Nesse período, há um esforço de Fitzpatrick para discorrer sobre a percepção da União Soviética e, mais ainda, o poder da república russa ser uma continuidade do Império Russo no que tange sua relação com as outras repúblicas. A percepção é logo refutada através de um argumento que demonstra que opositores ao Império Russo e minorias estavam no poder e que havia um estímulo às identidades nacionais pelo novo Estado. Outro assunto abordado no capítulo é a edificação do novo sob uma retórica baseada em avanço x atraso, na qual tudo o que poderia ser relacionado ao Império Russo cai na antítese da Revolução Russa e, conseqüentemente, de tudo o que estava em construção seja o político, o social, o cultural ou o econômico. Por fim, o capítulo questiona se o novo poder é uma ditadura do proletariado ou do Partido Bolchevique ao pensar nos eventos que sucederam Outubro de 1917 e os aparatos do Estado que estavam ao encontro de um terror revolucionário.

O segundo capítulo – *Os anos de Lênin e a luta pela sucessão* – traz para o debate mais um ponto discutido pela autora na introdução: a ansiedade sobre como seria o futuro na prática ainda que, na teoria, ele já estivesse pré-estabelecido. Ao explorar esse tema, Fitzpatrick se volta para perguntas recorrentes daquele momento: como introduzir para a população a retórica dos exploradores x explorados? Como lidar com o campesinato? No pós-Guerra Civil: como governar a Rússia? Como realizar uma revolução internacional? A autora percebe que essa construção do novo – ainda frágil pós-Guerra Civil – leva à população e aos próprios partidários um sentimento de ansiedade.

Ainda no segundo capítulo, a obra se debruça na corrida para a sucessão de Lênin. As dúvidas sobre o futuro ainda se mantêm, ou melhor, tornam-se cada vez mais evidentes, na parte econômica e política, devido ao adoecimento de Lênin. Fitzpatrick nos mostra um movimento crescente de exaltação do partido e de sua percepção como verdade absoluta, que atinge seu auge em 1927, quando os membros vistos como opositoristas, dentre eles Trotski, foram expulsos do partido e exiliados, abrindo espaço para Stalin. Nesse sentido, Fitzpatrick retoma a discussão sobre totalitarismo.

No capítulo seguinte – *Stalinismo* – há uma preocupação em mostrar a revolução econômica e cultural de Stalin como parte da Revolução Russa, a partir de uma ótica de

revolução feita “de cima” já empregada em outras obras da historiadora. Voltando com a diferenciação entre teoria e prática, Fitzpatrick discorre sobre o processo de industrialização forçada e coletivização agrícola e conclui que ocorreram de maneira muito apressada, em um sentido negativo da palavra. A autora utiliza-se de dois contrapontos para caracterizar esses processos: ao mesmo tempo em que seus motores foram a violência do Estado e a manipulação dos sentimentos, por outro lado, a coletivização foi feita de maneira diferente em cada área respeitando as diferenças regionais. Dessa forma, a autora tece argumentos que, simultaneamente, atestam o caráter opressor do Estado soviético, mas também compreendem um caráter anti-imperialista ao discorrer sobre a relação entre as repúblicas.

O quarto capítulo, *A guerra e suas consequências*, lança um olhar sobre a Segunda Guerra Mundial para explorar a importância do evento como construtor de uma guerra, mas não para salvar o socialismo, e, sim, para salvar a Rússia, uma Guerra Patriótica contra a ameaça estrangeira¹. A Segunda Guerra, argumenta a autora, vira um evento construtor de uma cultura russa/soviética que converge memória e identidade para a posteridade, demonstrando a perseverança e os sacrifícios do povo soviético/russo, na qual o papel dos Aliados toma um segundo plano². Já no momento do pós-guerra, havia uma expectativa soviética de melhora tanto no modo de vida quanto em relação a uma maior liberdade política e cultural. No entanto, os últimos anos de Stalin no poder seguem uma tendência dual na qual é possível vislumbrar momentos de alguma liberdade, mas com a repressão ainda presente, talvez, pelo medo da influência estrangeira que se tornava cada vez mais crível com o início da Guerra Fria.

No quinto capítulo, *Da “liderança coletiva” a Khrushchov*, Fitzpatrick caracteriza o período da liderança coletiva e de Khrushchov como um momento de mais liberdade em todas as esferas e que promove, em um primeiro momento, um rompimento radical com o stalinismo, porém apresentando algumas repressões ao longo do processo. Por exemplo, se durante o momento de liderança coletiva, um dos líderes, Biéria, promoveu um processo de anistia aos presos nas gulags - estendendo aos presos políticos - a ascensão de Khrushchov se deu por meio da prisão e condenação de morte de seu colega de partido. Outro tópico comentado pela autora é um desenvolvimento alinhado a uma separação entre público e privado responsável por um crescimento de uma sociedade civil apartada do Estado, desconstruindo uma ideia de

¹ Mesmo que, contrapondo essa visão patriótica, houvesse territórios ocupados que colaboraram com os alemães: Bielorrússia, Sul da Rússia e Ucrânia.

² Inclusive atualmente, na evocação dessa memória feita pela Rússia.

totalitarismo. Visto como um período de “degelo”, a liderança de Khrushchóv também permitiu que viesse a público o número de vítimas dos Grandes Expurgos de Stálin aliado a um discurso de Khrushchóv que reconhece os excessos e as falhas do seu antecessor. No entanto, é possível perceber na mesma época uma maior intolerância religiosa e fechamentos de igrejas. Nesse sentido, a autora continua com o seu fio condutor da narrativa que diferencia teoria de prática e demonstra as mudanças imprevistas e os desvios espontâneos presentes na história da União Soviética.

Já o sexto capítulo, *O período Bréjnev*, se dedica a liderança de Bréjnev demonstrando um novo olhar estabelecido entre a Rússia e as demais repúblicas soviéticas, ao mesmo tempo em que discorre sobre a luta pela influência no Terceiro Mundo. Ao relatar sobre a situação interna da União Soviética, Fitzpatrick cita os movimentos da região báltica e da Lituânia caracterizados por sentimentos nacionalistas e antirussos que acabavam por reiterar uma identidade nacional afastada da soviética. Quando discorre sobre a luta pela influência, a autora destaca dois pontos importantes para imagem internacional da URSS: o primeiro ponto se relaciona com o início de uma discordância entre as agendas da China e a União Soviética, onde a China começa a perceber os soviéticos como imperialistas também capazes de influenciar o Terceiro Mundo. Já o segundo ponto interpreta a repressão soviética sobre a Tchecoslováquia como determinante para abalar as relações com os Estados Unidos e repercutir no mercado interno e da Europa Oriental.

O sétimo capítulo, *A queda*, abarca o período de Gorbatchov no poder até sua renúncia em 1991. Aqui, Fitzpatrick preocupa-se em demonstrar as consequências da *perestroika* e da *glasnost*, as políticas reformistas que foram pensadas para revitalizar o socialismo, mas acabaram minando-o em conjunto com outros fatores internos e externos das décadas de 1980 e 1990. Além de trazer para o debate a queda do muro de Berlim, em 1989, a autora cita outros fatores como: a legalização do pluripartidarismo nas repúblicas socialistas que permitiu a perda das eleições do Partido Comunista e seu poder quantitativo em diversas repúblicas soviéticas e a retórica dessas repúblicas voltadas para a soberania. Desse modo, Fitzpatrick consegue sustentar sua argumentação inicial sobre as mudanças imprevistas e os desvios espontâneos da URSS.

A conclusão da autora retoma os argumentos desenvolvidos por ela durante todo o livro ao mesmo tempo em que relaciona o passado soviético com a contemporaneidade russa. A obra não se propõe a finalizar um debate em torno dos conceitos e discussões mobilizadas durante

os capítulos anteriores, mas, sim, retomar pontos e contrapontos sobre os principais assuntos abordados. A conclusão é mais interessante no momento em que aborda o poder da memória soviética para a política de Putin, nacionalmente e internacionalmente. A autora percebe nas evocações dos líderes anteriores uma tentativa de Putin de realizar um recorte do passado soviético, ora glorificando Stalin no contexto da Guerra Patriótica, ora descredibilizando Lenin por “derramar sangue demais” na Guerra Civil.

Breve história da União Soviética amalgama dois públicos distintos: aqueles que ainda não tiveram contato com a história e historiografia soviética e, portanto, necessitam de explicações iniciais sobre o funcionamento das instituições políticas durante o período soviético, seus líderes e suas relações externas e internas; e leitores que já apresentam uma quantidade razoável de leitura sobre o tema, permitindo estimular indagações sobre a historiografia soviética e conceitos atrelados a ela. No entanto, - muito por conta do tamanho do livro - Fitzpatrick se atenta para uma história focada nas “grandes figuras”³, retirando o que realizou de mais inovador na historiografia sobre o tema, uma percepção sobre o cotidiano da população soviética relacionada com os líderes políticos. Parece que, neste livro, a autora intenta um movimento contrário que retira um pouco da força de uma história social e cultural para dar lugar a uma história política feita “de cima” mencionando de forma menos atenta suas reverberações na população soviética.

³ Dos sete capítulos nomeados, quatro levam nome de líderes soviéticos.